

AS TEIAS DA MEMÓRIA

ENTRELAÇAMENTO DO PODER, CORPO E TERRITÓRIO

Carmen Rosane Pereira da Silva Costa

Luis Régis Coli Silva Júnior

RESUMO

Este artigo, fundamentado em recorte da dissertação de mestrado de Costa (2024), intitulada “A Construção da Memória Social sobre a Violência: ‘Mulheres da Paz’ e as Unidades de Polícia Pacificadora na cidade do Rio de Janeiro”, reflete sobre a complexa interação entre memória, poder e território. Sob uma perspectiva epistemológica que transita do subjetivismo fenomenológico às teorias sociais críticas, a memória é compreendida como um construto mediado por relações de força e enquadramentos sociais. O texto analisa como o poder molda as narrativas e como a corporeidade atua como interface nas dinâmicas sociais e territoriais. Conclui-se que a memória social deve consolidar-se como um agente de transformação e empoderamento, transcendendo o eco do passado para tornar-se uma ferramenta política de emancipação e justiça social.

PALAVRAS-CHAVE: Memória Social; Poder; Corpo; Território; Narrativa.

ABSTRACT

Based on the research from Costa's master's thesis (2024), titled “The construction of social memory about violence: ‘Women of Peace’ and the Pacifying Police Units in the city of Rio de Janeiro”, this article reflects on the complex interaction between memory, power, and territory. From an epistemological perspective moving from phenomenological subjectivism to critical social theories, memory is understood as a construct mediated by power relations and social framing. The study highlights how power shapes narratives and how corporeality acts as an interface in social and territorial dynamics. It concludes that Social Memory must establish itself as an agent of transformation and empowerment, transcending the mere echo of the past to become a political tool for emancipation and social justice.

KEYWORDS: Social Memory; Power; Body; Territory; Narrative.

IMBRICAMENTOS ENTRE MEMÓRIA, PODER E CORPO

A conceituação de Memória Social, a depender da perspectiva a ser abordada, pode enveredar por distintas vertentes teóricas sem atingir um denominador comum que a defina.

Jô Gondar e Vera Dodebei, na obra “O que é Memória Social?” (2005), argumentam que o conceito de memória social não “pode ser formulado em moldes clássicos, sob uma forma simples, imóvel, unívoca devido ao fato da apreciação da concepção “atravessar uma complexidade de discussões que abarcam a realidade”,

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

e por estar “inserida em um campo de lutas e de relações de poder” (Gondar e Dodebei, 2005, p. 7).

A finalidade deste artigo é demonstrar a fundamentação teórica extraída da dissertação de mestrado de Costa (2024), intitulada “A construção da memória social sobre a violência: “Mulheres da Paz” e as Unidades de Polícia Pacificadora na cidade do Rio de Janeiro”. O recorte evidencia as concepções dos autores Henri Bergson, William Stern, Maurice Halbwachs, Frederic Charles Bartlett, Pierre Bourdieu, Michel Foucault, Michael Pollak e Paul Ricoeur. Acrescido a estes somam-se as contribuições de Claude Raffestin, Milton Santos e Rogério Haesbaert.

A conceituação de Memória Social¹ atravessa uma complexidade de discussões que abarcam a realidade, estando inserida em um campo de lutas e de relações de poder, no qual o entendimento da memória passou por transformações paradigmáticas. Historicamente, a memória deixou de ser interpretada como um mero repositório do passado para ser compreendida como uma rede complexa composta por uma pluralidade de funções inter-relacionadas (Santos, 2012). Epistemologicamente, essa reconfiguração teórica sinaliza que a memória não é apenas uma faculdade biológica ou individual, mas um fenômeno indissociável das relações de força e dos enquadramentos que constituem a realidade social.

Henri Bergson (1859–1941), filósofo e autor da obra “Matière et Mémoire”, ao indagar-se “- O que percebo em mim quando vejo as imagens do presente ou evoco do passado?”, aponta para o fenômeno da percepção e a relação corpo-memória. Bergson, ao evidenciar a imersão do corpo em um estado presente e em um ambiente físico ou social, evoca tanto a imagem do presente como a do passado e, assim, caracteriza o que denominou por “corporeidade”. Portanto, corporeidade para

¹A disciplina Memória Social foi inaugurada por Maurice Halbwachs em distinção aos estudos do campo da memória individual. Para ele, o processo da memória individual não ocorre isoladamente, mas se processa socialmente, compreendendo a base do que o autor denomina “memória coletiva”. A memória sofre, assim, a influência de fatores sociais, culturais e históricos, sendo sempre um fenômeno social, mesmo quando se manifesta em experiências individuais (Gondar, 2008). Sobre a distinção dos termos memória social e memória individual e coletiva, consultar Gondar (2008): <http://www.seer.unirio.br/index.php/morpheus/article/view/4815/4305>.

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

Bergson significa que o corpo, ao se perceber sob as influências externas, forma a experiência da percepção, ou seja, a vida psicológica do sujeito (Bosi, 1987).

Outro aspecto induzido pelo presente estaria na influência que este exerce no direcionamento, na maioria das vezes, dos movimentos que definem ações e reações do corpo sobre o ambiente, originando assim a relação entre imagem do corpo e ação. Embora a imagem produzida da relação entre o corpo e o ambiente possa perdurar latente quando não convertida em ação motora imediata, essa dinâmica não isola o corpo em um presente estanque. Para Bergson (1999, p. 29), o “ser vivo dispõe de uma zona de indeterminação” que cerca sua atividade, permitindo-lhe avaliar a distância e a relevância das coisas com as quais se relaciona.

Longe de ser um processo puramente contemplativo ou limitado ao agora, essa dinâmica revela que “a percepção dispõe do espaço na exata proporção em que a ação dispõe do tempo” (Bergson, 1999, p. 29), evidenciando que a amplitude do que percebemos é a medida da nossa liberdade de escolha frente ao ambiente. Nesse sentido, o autor sustenta que a percepção concreta está sempre impregnada de lembranças, pois, na realidade:

Não há percepção que não esteja impregnada de lembranças. Com os dados imediatos e presentes de nossos sentidos misturamos milhares de detalhes de nossa experiência passada (Bergson, 1999, p. 30).

Nessa perspectiva, Bergson demonstra que o presente não isola o corpo em um agora estático, mas integra o fator tempo através da percepção que, por mais instantânea que pareça, 'ocupa uma certa espessura de duração'. Isso significa que nossas percepções deixam de ser meros registros mecânicos da realidade para se tornarem 'momentos de nossa consciência', nos quais o presente atua como um ponto de inserção que convoca continuamente o passado para orientar a ação. Cabe à consciência, portanto, 'ligar entre si, pelo fio contínuo da memória, visões instantâneas do real' (Bergson, 1999, p. 73).

Como o autor fundamenta, a memória não é um arquivo inerte, isto é, o passado não é algo morto ou excluído, mas uma potência virtual que se atualiza para conferir sentido e eficácia ao movimento presente. Nesse processo, a capacidade

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

transformadora das lembranças assemelha-se a uma força motriz que aguarda a oportunidade de se atualizar como potência virtual da memória pura, conforme a necessidade prática do corpo:

Para que uma lembrança reapareça à consciência, é preciso com efeito que ela desça das alturas da memória pura até o ponto preciso onde se realiza a ação. Em outras palavras, é do presente que parte o apelo ao qual a lembrança responde, e é dos elementos sensório-motores da ação presente que a lembrança retira o calor que lhe confere vida (Bergson, 1999, p. 179).

De acordo com Bergson, a consciência “retém cada vez melhor o passado para organizá-lo com o presente numa decisão mais rica e mais nova” (1999, p. 291). Sendo assim, a estrutura do sistema nervoso, ao evoluir para permitir uma “indeterminação interna” (Bergson, 1999, p. 291) dos atos, garante que a percepção não seja um mero reflexo do agora. Dessa forma, a dinâmica entre corpo e ambiente é intrinsecamente temporal, pois a percepção confere a função vital ao dispor do espaço na exata proporção em que a “indeterminação da ação” (Bergson, 1999, p. 29) dispõe do tempo para a escolha criadora.

Neste sentido, a memória oscila entre um estado latente, conservada como potência virtual, e uma dinâmica ativa, permitindo que a percepção, operando no presente contínuo, exerça influência sobre ela ao ressignificar seletivamente o passado em função das necessidades atuais de ação. Para Bergson (1999), essa dinâmica de atualização não é um processo inerte, mas o trabalho da consciência que prolonga o passado no presente, preenchendo a “espessura de duração” (p. 73) de cada ato perceptivo com a experiência acumulada.

Já William Stern, ao refletir sobre a dinâmica da percepção, indica que esta poderia transpor um período latente no qual as imagens, ou seja, as representações, permaneceriam inertes na consciência até serem revisitadas. Nesse sentido, a memória oscila entre um estado latente (conservada como potência virtual) e uma dinâmica ativa, permitindo que a percepção, sujeita ao presente contínuo, exerça influência sobre ela ao ressignificar seletivamente o passado em função de necessidades atuais de ação (Bosi, 1987). Essa perspectiva alinha-se à tese de

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

Bergson (1999, p. 73) de que a percepção “ocupa uma certa espessura de duração”, na qual a consciência liga o passado ao presente pelo fio contínuo da memória.

Contudo, foi nas primeiras décadas do século XX que as concepções da memória como faculdade estritamente pessoal sofreram uma refutação paradigmática. Ao demonstrar que o recordar é decorrente de um processo de construção social, Maurice Halbwachs e Frederic Charles Bartlett estabeleceram que a memória individual é indissociável das influências do ambiente, rompendo com as premissas subjetivistas de Henri Bergson e William Stern (Santos, 2012, p. 40). Sob essa nova ótica, a memória deixa de ser uma elaboração isolada do sujeito para se tornar um elemento de organização por intermédio das representações coletivas, consolidando, assim, o campo da Memória Social.

Para Halbwachs, influenciado por Durkheim, a memória teria a função, por intermédio das representações, de organizar a sociedade, sendo, portanto, responsável pela “coesão social” (Santos, 2012, p. 191). O núcleo dessa proposição reside no conceito de memória coletiva, compreendida como uma construção do presente que se processa por meio dos “quadros sociais” (Halbwachs, 1990).

Segundo Halbwachs (1990), o indivíduo não se recorda de forma isolada, pois suas lembranças estão intrinsecamente atreladas às relações coletivas e aos grupos aos quais pertence, como a família, a religião ou a classe social. Esses quadros fornecem os pontos de referência necessários para a reconstrução do passado, de modo que a memória individual só ganha sentido ao se apoiar em imagens espaciais e sociais partilhadas. Assim, as memórias não são depósitos estáticos, mas mudam conforme as variações afetivas e simbólicas dos grupos no espaço-tempo em que estão inseridos.

Contudo, a transição para as teorias sociais críticas revela que a memória não é apenas coesão, mas também controle. Para o filósofo Michel Foucault, as representações teriam outra finalidade, a de promover o sentido “disciplinador, coercitivo e excludente” (Santos, 2012, p. 191). Assim como Foucault, outros autores criticam Halbwachs por não fazer menção de seu aspecto político (Oliveira e Bertoni, 2019). Foucault, ao criticar as representações coletivas e, por conseguinte, a

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

autonomia dos indivíduos, denunciou outro elemento importante atuante sob a memória coletiva: o poder.

Embora frequentemente associado à capacidade de um indivíduo impor sua vontade sobre outrem, o conceito de poder constitui uma categoria analítica central em diversas tradições teóricas. A sua adequada compreensão é imperativa, dado que as diferentes interpretações sobre sua natureza acarretam implicações profundas nos campos social, filosófico e político.

Durante séculos, o poder vem sendo objeto de discussões em diversas escolas e tradições. Foi Thomas Hobbes, no século XVII, o idealizador do poder como pacto ou contrato social no qual cada homem, a fim de garantir a autopreservação e a paz, abdica de sua liberdade em favor do Estado, o detentor do “monopólio do poder”. Nesse acordo, o poder estatal assume a responsabilidade pela manutenção da ordem, cabendo-lhe assegurar a paz social. Ao abdicar de parte de sua liberdade natural, os indivíduos buscam, primordialmente, escapar do “estado de natureza”, um cenário de guerra constante onde a vida humana é “solitária, pobre, sórdida, brutal e curta” (Rosa, 2017, p. 4).

Nesse sentido, o poder estatal, por meio de ações coercitivas e de violência física, visando à paz e à ordem social, repercute na memória individual e coletiva, o que é evidenciado nos traumas gerados em determinados territórios.

Já para o sociólogo alemão Max Weber, segundo a formulação que se tornou hegemônica, o “poder” é entendido como sendo “a probabilidade de uma pessoa ou várias impor, numa ação social, a vontade própria, mesmo contra a oposição de outros participantes” (Weber, 2004, p. 175).

Partindo da premissa da probabilidade como condição para a manifestação do poder, Weber discute a emergência de mecanismos que viabilizam o seu exercício. Tais mecanismos facultam trajetórias distintas para a estruturação de diferentes tipologias de poder; embora não o origem de forma autônoma, eles operam como o suporte fundamental, ou seja, a base contingencial para a sua incidência. Dessa forma, a detenção do poder implica uma probabilidade de êxito que depende estritamente do controle sobre esses dispositivos mediadores (Perissinotto, 2007).

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

De igual modo, embora não fique evidente, a menção da operacionalização dos mecanismos faculta a discussão para a existência estrutural ou oculta nas relações de poder. A determinação do controle dos mecanismos significaria ter a probabilidade de exercer poder sobre outras pessoas na relação social, estando implícito o ideal de dominação (Perissinotto, 2007).

A respeito da dominação estar “submersa na estrutura ou oculta” nas relações de poder, as concepções de Pierre Bourdieu e Michel Foucault ofereceram avanços fundamentais para descortinar as dinâmicas de sujeição que operam de forma tácita na sociedade. Entende-se, neste caso, como estrutura “um conjunto de interações sociais padronizadas, regulares, que duram no tempo” (Perissinotto, 2007, p. 314).

Concernente à dominação, entende-se como sendo “a manutenção de uma ordem injusta, que privilegia alguns grupos ou indivíduos em detrimento de outros” (Rosa, 2017, p. 05), estando oculto o poder nas “relações de dominação”, posto que as formas “das mais intoleráveis possam permanentemente ser vistas como aceitáveis ou até mesmo como naturais” (Bourdieu, 2012, p. 09).

Assim sendo, Bourdieu (1989) revela a existência do oculto como sendo o “poder simbólico” presente no ideal de dominação.

É necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem (Bourdieu, 1989, p. 7-8)

Por conseguinte, Bourdieu, ao revelar a existência da realidade encoberta pelo poder simbólico, ampliou o entendimento das implicações sobre a memória. O poder, ao orientar “as atividades e os mecanismos”, pode exercer “influência nas construções mentais”, resultando na cristalização das “realidades históricas concretas” e, portanto, “apreensíveis sejam enquanto instituições ou enquanto conjuntos de disposições pessoais, isto é, referentes à construção da subjetividade dos indivíduos” (Rosa, 2017, p. 7).

Portanto, para Foucault (1987), o poder se expressa estrategicamente de maneira pulverizada, isto é, não como propriedade, mas conforme a dinâmica de um mecanismo à disposição da dominação. Nesse sentido, o autor propõe que o poder

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

não deve ser compreendido como uma propriedade ou posse, mas sim, deve ser lido como uma estratégia operacional. Sob essa ótica, os efeitos de dominação não resultam de uma apropriação direta, mas, derivam de manobras, táticas e disposições técnicas que constituem uma microfísica do poder.

Desta maneira, as concepções de Halbwachs, Bourdieu e Foucault fundamentam a crítica aos mecanismos de controle e coerção que incidem sobre as memórias individual e coletiva. Como discutido, essas memórias resultam de um processo de construção cujas experiências subjetivas estão integradas historicamente em circunstâncias socialmente situadas.

É imperativo destacar que as discussões teóricas sobre o poder, o vínculo do sujeito à subjetividade e a incorporação da temporalidade trouxeram repercussões profundas na compreensão da relação espaço-tempo, evidenciando a capacidade do poder de se propagar e se consolidar no território.

Nesse embate epistemológico, as contribuições de Paul Ricoeur (2006) emergem como uma via de mediação fundamental para a compreensão da memória em sua interface com o território. Ao afastar-se de um determinismo estrutural, Ricoeur (2006) propõe que a identidade narrativa atua como o elemento que vincula a experiência individual às estruturas coletivas.

Diante desse cenário, emergem interrogações fundamentais: de que maneira a memória impulsiona a proximidade ou o distanciamento entre os sujeitos e como essa dinâmica reflete na configuração do território? Com o propósito de investigar tais indagações, recorreu-se à obra do filósofo Paul Ricoeur (2006), intitulada 'Percurso do Reconhecimento', na qual o autor articula categorias como representação, tempo e narrativa para ilustrar a complexidade da memória no plano social.

Segundo Ricoeur (2006), a apreensão do tempo pela consciência não se limita a uma dimensão puramente psicológica ou cronológica, mas é fundamentalmente mediada pela narrativa. Nesse sentido, as representações que circundam o território resultam de um processo onde a memória funciona como um elo relacional, estabelecendo conexões e desconexões territoriais entre os sujeitos por meio de seus relatos. Ao contrário de uma projeção interna isolada, Ricoeur propõe o conceito de

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

tempo narrativo, um terceiro tempo que articula a experiência vivida ao tempo do mundo.

Sob essa ótica, o trauma deixa de ser um evento meramente individual e silencioso para se tornar passível de reconhecimento ao ser narrado. É através dessa mediação narrativa que o sofrimento subjetivo é compartilhado, transmutando-se em memória social no território. Como afirma Ricoeur (2006), as representações não são ideias flutuantes, mas mediações simbólicas que contribuem para instaurar o vínculo social, conferindo uma configuração determinada a esses laços e colocando em evidência o protagonismo social do agente.

Por intermédio da lembrança ecoa a memória e, pela narrativa, o modo elaborado pelo sujeito para expressar sua vivência. Através da narrativa, o indivíduo expõe experiências que constituem “o testemunho mais eloquente dos modos que a pessoa tem de lembrar” (Bosi, 1987, p. 29). Como o passado é trabalhado qualitativamente pelo sujeito, a função da lembrança é conservá-lo na forma mais apropriada à ação presente, onde o material indiferente é descartado e o confuso simplifica-se para ganhar nitidez.

Assim sendo, ao narrar, o sujeito expõe as experiências que podem resultar em vínculos e motivar transformações. Este cenário espelha o processo de “refiguração”, no qual a troca de experiências entre as narrativas renováveis pelos sujeitos induz à consolidação dos vínculos sociais (Viana, 2015). Essa representação denuncia também a presença do “outro”, pois o sujeito se constitui na relação, gerando uma dinâmica que propicia ao território uma polissemia de sentidos evocada pela memória.

MEMÓRIA INDIVIDUAL E COLETIVA E A CONFLUÊNCIA TERRITORIAL

A respeito das reflexões sobre o conceito de território, destacam-se as contribuições de Claude Raffestin (1993), Milton Santos (1985) e Rogério Haesbaert (2004). As distintas matrizes teóricas desses autores enfatizam dimensões específicas do território, sejam elas econômicas, políticas ou culturais, operando de

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

forma interrelacionada no esforço analítico para compreender a dinâmica de um espaço em constante mutação.

O território é concebido, portanto, como o campo de atuação no qual conjuntos de signos convergem para a produção e disseminação da memória coletiva. Enquanto Raffestin (1993) e Haesbaert (2004) sustentam que o exercício do poder delimita a territorialidade, esta também abarca dimensões simbólicas e subjetivas essenciais à sua constituição. Complementarmente, Milton Santos (1985) aponta que a periodização histórica é o vetor que define a organização e as reconfigurações sociais do território.

Claude Raffestin (1993), um dos autores pioneiros na concepção de território, compreendia-o como elemento originário do espaço e reflexo da ação conduzida por um ator. Ao evidenciar a dimensão política no território e a compreensão de espaço geográfico, o autor concebe o território como sendo “por consequência, relações marcadas pelo poder (...), a partir do espaço” (Raffestin, 1993, p. 144).

Milton Santos fez inúmeras contribuições para a construção do conceito de território em várias de suas obras. Para o autor, é na base territorial que tudo acontece, mesmo as configurações e reconfigurações mundiais. Segundo Santos (1985), é a periodização da história que define como será organizado o território, ou seja, o que será o território e como serão as suas configurações econômicas, políticas e sociais. Com isso, o autor evidencia o espaço como variável a partir de seus elementos quantitativos e qualitativos, partindo de uma análise histórica: “cada momento histórico, cada elemento muda seu papel e a sua posição no sistema temporal e no sistema espacial e, a cada momento, o valor de cada qual deve ser tomado da sua relação com os demais elementos e com o todo” (Santos, 1985, p. 09).

E, por fim, Rogério Haesbaert tem a concepção sobre o território em diferentes perspectivas. Assim como Raffestin, para Haesbaert o poder também delimita o território, dentre outras manifestações, a exemplo do poder estatal. Acrescido a isso, para o autor “o território é produto da apropriação feita através do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço”, ou seja, o território também concerne aspectos simbólicos e subjetivos (Haesbaert *apud* Bordo *et al.*, 2004). Posto isso, Haesbaert

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

(2004) destaca o “conjunto de relações socioespaciais que compõem efetivamente uma territorialidade [...]” (Haesbaert, 2004, p. 38).

Para os estudos em Memória Social, o território é compreendido como o campo em que conjuntos de signos atuam na produção, reprodução e disseminação da memória coletiva de grupos sociais. De igual modo, a memória coletiva é um dos fatores de produção da territorialidade de grupos inseridos na complexidade territorial. Assim sendo, a memória individual e a memória coletiva enfatizam a dimensão simbólica presente no território e nas relações sociais, pois, como destaca Haesbaert (2004):

[...] uma noção de território que despreze sua dimensão simbólica, mesmo entre aquelas que enfatizam seu caráter eminentemente político, está fadada a compreender apenas uma parte dos complexos meandros dos laços entre espaço e poder. O poder como relação [...] envolve não apenas as relações sociais concretas, mas também as representações que elas veiculam e, de certa forma, também produzem. Assim, não há como separar o poder político mais estrito do poder simbólico (Haesbaert, 2004, p. 92–93).

Halbwachs argumenta que os sujeitos coletivos (grupos sociais) moldam o espaço à sua imagem, concepções, valores e necessidades, enquanto o espaço estabiliza e materializa a memória coletiva; o elo entre sujeito (grupo) e território é precisamente a memória coletiva, que ancora identidade e coesão social via marcos espaciais compartilhados (“quadros sociais da memória”). Ele destaca, assim, uma relação dialética grupo-espço-memória. Desta maneira, mediante a memória coletiva emerge o sentimento de pertencimento, de identidade, da evocação da referência de grupos sociais. Como enfatiza o autor, não há memória coletiva que não aconteça em um contexto espacial (Halbwachs, 1990).

Não obstante, a memória individual e coletiva, ao estar suscetível às influências das representações, sofre transformações tanto espontâneas como por “enquadramento da memória” (Pollak, 1989). Ante o exposto, percebe-se que o controle estratégico da memória coletiva tem sido um dos meios de opressão utilizados por projetos hegemônicos. Conforme aponta Neto (2021, p. 22), autores como Tuan (1983 e 2012), Moraes (2005), Hobsbawm (2002, 2015 e 2016), Anderson (2008), Pollack (1989 e 1992), Nora (1993), Halbwachs (1990), dentre outros,

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

demonstram como o Estado Moderno utilizou o enquadramento memorial, através de monumentos, hinos e da educação escolar, para condicionar as representações de tempo-espaço que compõem a identidade nacional.

Nesse sentido, o corpo, por estar imerso na dimensão simbólica do território, torna-se o receptor e o campo de inscrição dessas representações.

Em contrapartida à perspectiva de Henri Bergson sobre a tríade 'percepção-corpo-memória', o antropólogo e sociólogo David Le Breton (2007) investiga a corporeidade não enquanto um processo isolado, mas, como o desdobramento das interações entre o organismo e as influências do entorno. Sob esse prisma, o corpo atua como instância mediadora entre o sujeito e a coletividade, estabelecendo a corporeidade como uma 'interface entre o social e o individual, a natureza e a cultura, o psicológico e o simbólico' (Breton, 2007, p. 92).

A tese de Breton (2007), ao evidenciar o vínculo entre a dimensão corporal e o território, favorece a compreensão acerca do impacto das representações, ao postular que o corpo se constitui como um canal semântico por onde se materializam os sentidos e significados sociais.

Portanto, as representações forjadas pelos projetos hegemônicos, ao atingir a memória individual e coletiva, contribuem em aprofundar as desigualdades sociais e a vitimização dos corpos subalternizados. Por conseguinte, o corpo e a memória individual e coletiva integram o campo da disputa política.

Em contrapartida, o corpo também interrelaciona os indivíduos que compartilham do mesmo sistema simbólico, ou seja, os possuidores do mesmo senso de sentidos e valores, promovendo, assim, a coletividade e a solidariedade. Desta forma, pela corporeidade se externaliza a extensão das experiências, isto é, a socialização da experiência corporal. À vista disso, a corporeidade é um reflexo da comunidade social somente dos que compartilham as mesmas manifestações significativas, ou seja, os que coadunam da mesma simbologia do grupo social (Breton, 2007).

Acrescido a isso, depreende-se que a memória individual e coletiva, quando atravessada por experiências adversas, torna-se um elemento central na dinâmica territorial. Tal influência pode viabilizar processos de resistência ou consolidar

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

estruturas de dominação, a depender da exposição ou do silenciamento das narrativas. Nesse contexto, o ato de narrar transcende a mera articulação de palavras; ele constitui uma prática política em que se denunciam os mecanismos de controle e as assimetrias de poder (Ribeiro, 2017).

CONSIDERAÇÕES

Ao articular as perspectivas dos diversos autores, este artigo evidenciou que a construção da memória social se revela como um fenômeno multifacetado e dinâmico, indissociável das teias de relações de poder, do sujeito e do território. As abordagens teóricas aqui expostas demonstram a complexidade da memória não apenas como um repositório de experiências individuais, mas como um espaço de disputa onde narrativas são forjadas, transformadas e, frequentemente, silenciadas. Nesse sentido, a análise das estruturas de poder elucidou implicações profundas sobre a memória coletiva, destacando como o controle sobre o recordar molda narrativas hegemônicas e constrói identidades no plano espacial.

Acrescido a isso, a relação entre corporeidade e memória mostrou-se fundamental, ou seja, as experiências corporais, moldadas e transmitidas por meio da lembrança, constituem um campo de disputa simbólica.

Ao integrar as reflexões sobre a temporalidade e a subjetividade, o texto ampliou a discussão sobre a dinâmica da memória enquanto processo contínuo de interação entre o ambiente social e as esferas políticas.

O artigo propôs-se, portanto, a instigar uma reflexão crítica sobre a construção e desconstrução das memórias coletivas, ressaltando que, diante das desigualdades e preconceitos vigentes, a sociedade demanda narrativas conscientes que valorizem a pluralidade de vozes e o reconhecimento das injustiças históricas.

Por fim, conclui-se que a Memória Social deve consolidar-se como um agente de transformação e empoderamento, capaz de promover justiça e inclusão social. Que ela transcenda a condição de mero eco do passado para se tornar uma ferramenta política de emancipação e ação, essencial para a construção de uma

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

sociedade fundamentada na justiça social, no fortalecimento democrático e na garantia de direitos para todos os cidadãos, sem distinção de gênero, raça ou classe.

REFERÊNCIAS

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. Tradução de Paulo Neves. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BORDO, Adilson A.; SILVA, Cleide H. P.; NUNES, M.; BARBOSA, T.; MIRALHA, W. **As diferentes abordagens do conceito de território**. In: Curso de Mestrado da FCT/UNESP (Disciplina: O tempo, o espaço e o território: uma questão de método). Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2004. Disponível em: <https://forumeja.org.br/brasil/as-diferentes-abordagens-do-conceito-de-territorio/>. Acesso em: out. 2023

BOSI, Eclea. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987. 2.ed.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Tradução: Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro, 2012.

LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**. 2. ed. Tradução: Sônia M.S. Fuhrmann. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução: Raquel Ramalhe. Petrópolis: Vozes, 1987.

GONDAR, Jô. Quatro Proposições sobre Memória Social. In: GONDAR, J.; DODEBEI, V. **O que é memória social**, Rio de Janeiro: UNIRIO, 2005.

GONDAR, Jô. Memória individual, memória coletiva e memória social. **Revista Morpheus**, ano 8, n. 13, p. 1-6, 2008.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HOBSBAWM, Eric. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

HOBSBAWM, Eric. **Era do capital** (1848-1875). São Paulo: Editora Paz e Terra, 2015.

HOBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismos**: desde 1870. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BERNARDO NETO, Jaime. Sobre memória, identidade e territorialidade—reflexões a partir da geografia. **Revista Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 25, p. 1-26, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/45258> Acesso em: 12 jul. de 2022.

COSTA, Carmen Rosane Pereira da Silva. **A construção da memória social sobre a violência**: “Mulheres da Paz” e as Unidades de Polícia Pacificadora na cidade do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e história no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, n. 10, p. 7-28, 1993.

OLIVEIRA, Janderson Carneiro; BERTONI, Luci Mara. Memória coletiva e teoria das representações sociais: confluências teórico-conceituais. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 244-262, 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202019000200005&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 10 abr. 2024.

PERISSINOTTO, Renato Monseff. História, sociologia e análise do poder. **Revista História Unisinos**. v.11, n. 3, p. 313-320, set.-dez 2007. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/5910> Acesso em: 14 mar. 2023.

POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Revistas Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-13, 1989. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278> Acesso em: 12 jun. 2022.

RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RICOEUR, Paul. **Percurso do reconhecimento**. São Paulo: Editora Loyola, 2006.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROSA, Tiago Barros. O poder em Bourdieu e Foucault: considerações sobre o poder simbólico e o poder disciplinar. **Revista Sem Aspas**, v. 6, n. 1, p. 3–12, 2017.

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Miriam Sepúlveda dos. **Memória Coletiva e Teoria Social**. São Paulo: Annablume, 2012.

STERN, William. **Psicologia geral**. Buenos Aires: Paidós, 1957.

TUAN, Yi-Fu. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

TUAN, Yi-Fu. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina: Eduel, 2012.

VIANA, Cristina Amaro. Tempo e Sujeito em Paul Ricoeur: uma introdução a partir da leitura Ricoeuriana do livro XI das Confissões de Santo Agostinho. **Revista Contemplação**, n. 4, 2015. Disponível em: <https://revista.fajopa.com/index.php/contemplacao/article/view/22>
Acesso em: 10 dez. 2023.

WEBER, Marx. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução: Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 422 p. v.2.

SOBRE OS AUTORES

Carmen Rosane Pereira da Silva Costa

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PPGPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).
Pesquisadora do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza (ETTERN) do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro IPPUR/UFRJ.
Mestre em Planejamento Urbano e Regional- IPPUR/UFRJ.
ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-0663-7980>
E-mail: carmenrosane.costa@gmail.com

Luis Régis Coli Silva Júnior

Diretor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ)
Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional e do curso de graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/GPDES/UFRJ).
Doutor em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3142-2209>
E-mail: regiscoli@hotmail.com